

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

FRANCISCO VALBERTO DOS SANTOS NETO

REENCANTAMENTO DO MUNDO: A SUBJETIVIDADE AKROÁ GAMELLA

SÃO LUÍS
2018

FRANCISCO VALBERTO DOS SANTOS NETO

REENCANTAMENTO DO MUNDO: A SUBJETIVIDADE AKROÁ GAMELLA

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia com formação de psicólogo.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

SÃO LUÍS
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Santos Neto, Francisco Valberto dos.

Reencantamento do mundo: a subjetividade Akroá Gamella
/ Francisco Valberto dos Santos Neto. - 2018.

44 f.

Orientador(a): Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Povos indígenas. 2. Reencantamento do mundo. 3.
Subjetividade. I. Santana Alcântara, Dr. Ramon Luís de.
II. Título.

FRANCISCO VALBERTO DOS SANTOS NETO

REENCANTAMENTO DO MUNDO: A SUBJETIVIDADE AKROÁ GAMELLA

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia com formação de psicólogo.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

Aprovada em: / / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara
Universidade Federal do Maranhão
(Orientador)

Prof. Dra. Rosane de Sousa Miranda

Prof. Dra. Cíndia Brustolin

aos Akroá Gamella.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram comigo no processo de construção deste trabalho. Nos momentos mais difíceis, quando pensei não ser mais possível, vocês me deram força. Vocês acreditaram. Me confortaram com um abraço, com amor. Obrigado por acreditarem.

A ordem dos agradecimentos não está escrita em prioridades, mas na vinda rebelde da memória.

Aos meus colegas de turma, a turma 2013.2, do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

Ao Weberth, que em muitas conversas me fez perceber além do que está diante da gente, olhar além da matéria. Um amigo que sempre esteve com a porta de sua casa aberta para mim. Um irmão.

Ao Mário, por ter me ajudado na revisão do texto.

Ao Valberto, “meu padinho”, que com muita compreensão sempre esteve ao meu lado, me apoiando.

À Mirian, minha vó, que durante os vários encontros de “chopp” compartilhou boas músicas e conversas.

Ao meu avô, Francisco Valberto. A saudade de um abraço sempre esteve presente.

À minha mãe, que com muita força e persistência batalhou diariamente para que eu chegasse onde estou hoje. Que todos os dias pergunta como eu estou, como foi o dia. Que sempre compreendeu minhas ausências durante esse trabalho. Te amo.

Ao meu pai, que como minha mãe, sonhou com esse dia e batalhou para me ajudar, me apoiar.

À minha família.

Ao professor Ramon Alcântara, que aceitou me orientar neste trabalho e dar prosseguimento a ele. Seu olhar sensível acerca das questões étnicas e descoloniais me mostraram um outro caminho, que um outro mundo é possível. Obrigado pelo admirável compromisso.

Ao Márcio José e Lorena Guerini, por terem estado comigo no início dessa pesquisa.

Ao Paulo César, pelas conversas, pelas boas energias que me enviou durante esse trabalho.

Às professoras Rosane Miranda e Cíndia Brustolin, por terem aceitado participar da banca desta monografia. À professora Rosana, por ter aceitado tão gentilmente ser suplente.

Aos que lutam pela construção de um outro mundo. Que lutam e não se conformam, mas persistem, insistem.

Ao grupo de estudos EDUCARES, laboratório de produção de conhecimentos plurais e de construção de amizades

À Ana, “bichinha”, minha companheira, que tanto me ajudou, que tanto me deu forças. Agradeço cheio de admiração pelo seu engajamento na construção de um outro mundo.

Agradeço aos Akroá Gamella pela recepção. Eles que tanto me comovem com sua história, com suas belezas, com seus cantos, encantos e reencantos.

À Iemanjá.

RESUMO

Esta monografia discute o modo de produção da subjetividade dos Akroá Gamella. De maneira sucinta os Akroá Gamella são um povo que, no mínimo desde o século XVIII, vivem na região que hoje se estabeleceu o município de Viana, no Maranhão. Na segunda metade do século XX esse povo foi considerado extinto, no entanto, o que ocorreu foi um processo estratégico de ocultação para que sobrevivessem em decorrência das várias investidas de violência empreendidas pelos invasores daquelas terras a partir da década de 1970 com a criação de um inventário fraudulento. A ocultação era estratégica para os Akroá Gamella, já em 2014 foi necessário efetuar uma mudança no modo de resistência e eles saem da ocultação para a visibilidade se autodeclarando publicamente nesse mesmo ano, configurando a etnogênese, ou seja, a emergência de povos indígenas que outrora haviam sido considerados extintos por conta da sistemática tentativa de extermínio deles através de dispositivos tangenciados pela colonialidade, como a retirada de suas terras, apagamento da memória, interdição linguística e outros modos opressivos. No processo de recuperação territorial, denominado de retomada, eles conseguem expulsar parte dos invasores. Entretanto, aciona-se uma concepção do território como pertencente aos encantados, um conjunto de seres que convivem com os Akroá Gamella, que atuam na organização dos fenômenos naturais e também no fortalecimento da luta política. Com isso desenvolve-se uma discussão sobre a subjetividade, que diz respeito ao modo como determinados grupos produzem uma relação consigo e com o mundo, ou seja, como se arranjam os elementos de seus territórios existenciais. Tendo isso em vista, realizou-se incursões ao território em questão e pesquisa documental, com o intuito de compreender e levantar os elementos que indicam a construção da subjetividade desse povo. Nesse sentido compreende-se o território, espaço de circulação da vida, e os encantados, com o reencantamento do mundo, como um modo de engendrar as relações entre os Akroá Gamella e o mundo, como elementos aliados a subjetividade.

Palavras-chave: subjetividade; reencantamento do mundo; etnogênese; colonialidade; território existencial; povos indígenas.

ABSTRACT

This monograph discusses the mode of production of the subjectivity of the Akroá Gamella. Briefly, the Akroá Gamella are a people that, at least since the eighteenth century, live in the region that today established the municipality of Viana, in Maranhão. In the second half of the twentieth century this people was considered extinct, however, what happened was a strategic process of concealment to survive as a result of the various attacks of violence undertaken by the invaders of those lands from the 1970s with the creation of a fraudulent inventory. Concealment was strategic for the Akroá Gamella. As early as 2014 it was necessary to make a change in the resistance mode, and they went from concealment to visibility by publicly declaring themselves that same year, shaping ethnogenesis, that is, the emergence of indigenous peoples that once had been considered extinct because of the systematic attempt to exterminate them through devices tilted by coloniality, such as the withdrawal of their lands, erasure of memory, linguistic interdiction, and other oppressive ways. In the process of territorial recovery, called a resumption, they manage to expel part of the invaders. In the meantime, a conception of the territory is taken as belonging to the enchanted, a group of beings that live with the Akroá Gamella, who act in the organization of natural phenomena and also in the strengthening of the political struggle. In this way a discussion about subjectivity is developed, which concerns how certain groups produce a relation with themselves and with the world, that is, how the elements of their existential territories are arranged. With this in view, we made inroads into the territory in question and documental research, with the purpose of understanding and raising the elements that indicate the construction of the subjectivity of this people. In this sense we understand the territory, the space of circulation of life, and the enchanted, with the re-enchantment of the world, as a way of engendering relations between the Akroá Gamella and the world, as elements allied with subjectivity.

Key words: subjectivity; re-enchantment of the world; ethnogenesis; coloniality; existential territory; Indian people.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 A pesquisa	12
2 CONTRA A COLONIALIDADE E A EMERGÊNCIA ÉTNICA	14
2.1 Contextualização do processo colonial	14
2.2 O nordeste brasileiro e o ressurgimento étnico	18
2.3 A invasão da terra e a autodeclaração pública	22
3 A LUTA PELO TERRITÓRIO	24
3.1 30 de abril de 2017	24
3.2 30 de abril de 2018	27
3.3 A luta pelo território: as retomadas	28
4 REENCANTAMENTO DO MUNDO	31
4.1 Os encantados e a resistência Akroá Gamella	31
4.2 Um giro conceitual sobre a ideia de cultura e natureza	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
ANEXO A – MAPA DE SESMARIA	40
ANEXO B – TWEET DO GOVERNADOR FLÁVIO DINO	41
ANEXO C – NOTICIÁRIO DA FOLHA DE SÃO PAULO	42

1 INTRODUÇÃO

O primeiro conhecimento que tive sobre os Akroá Gamella foi em decorrência de um ataque sofrido por eles em 2017 e que fora efetuado por um conjunto de atores vinculados a interesses privados, ou seja, a permanência de cercas embrenhadas em um espaço geográfico que fora conquistado através de um inventário de terras fraudulento na década de 70. No entanto, quem são os Akroá Gamella? Em busca por documentos históricos localizei até o presente momento pouco material sobre o passado desse povo. Dos que encontrei, cito um texto de 1819 de Francisco de Paula Ribeiro (RIBEIRO, 1841) que faz referência a eles e um mapa de Sesmaria apontando a presença dos Akroá Gamella naquele território em 1769¹, o que me leva a necessidade de buscar mais documentos para a compreensão do passado desse povo.

Entretanto, com esses documentos é possível inferir algumas informações, que no mínimo desde o século XVIII os Akroá Gamella estão naquela região que se conhece por Viana, localizada na baixada maranhense, e que hoje é um dos municípios do estado do Maranhão. Os acontecimentos que recaíram sobre os Akroá Gamella anteriores a 1970 conheci por relatos de entrevistas que fui colhendo no decorrer do trabalho de campo que se iniciou em 28 de janeiro de 2018. Foram relatos relacionados a um tema que diz respeito ao processo de invasão de terras a partir da década de 70. Antes dessa data me contavam como a vida na região não tinha interferência dos brancos, os não-índios, principalmente em relação às cercas.

Esse processo de invasão do território na década de 70 foi acompanhado do empreendimento de abertura da MA-014 que, além de ter causado um impacto ambiental na região, com o desmatamento, também produziu um impacto populacional, favorecendo a entrada de invasores que anexaram indevidamente cada vez mais terras em suas propriedades. Esse processo de invasão foi acompanhado da instauração de uma violência contra os Akroá Gamella, onde assassinatos, ameaças e discriminações se fizeram presentes levando-os a adotarem uma estratégia de ocultação sobre sua etnia para poderem sobreviver frente a esses acontecimentos.

Mesmo diante dessa ocultação, os Akroá Gamella resistiram contra o avanço das cercas, entretanto eles passaram a ser considerados extintos pelo estado, bem como tiveram sua história suprimida naquele local. Dada essa configuração sobre a ocultação ao longo dos anos a estratégia precisou mudar, os motivos precisam ser melhor investigados, no entanto eles contam

¹ Mapa digital disponível no Anexo A.

que a partir de 2014 não era mais estratégico a ocultação e sim a visibilidade e com isso passam a reivindicar seus direitos pelo território no âmbito do estado e iniciam o processo de recuperação territorial, ou seja, a retomada do território que estava sob o domínio de fazendeiros.

Esse plano introdutório foi a partir de onde comecei a pensar a pesquisa. Primeiro me perguntava: quais são minhas possibilidades de estudo dentro desse campo a partir da psicologia? Fazendo algumas buscas sobre questão indígena e consultando alguns professores percebi que era possível, porém complicado, pelo seguinte motivo: durante toda minha graduação fui confrontado com um referencial de estudo de grupos humanos elaborado na Europa, local de nascimento da psicologia, ou então nos Estados Unidos, onde desdobra-se parte da psicologia.

Entretanto, com a Psicologia Social encontrei uma possibilidade de análise com esse estudo, uma vez que seu objeto de análise, como escreve Silva (2008, p. 39): “são os modos de produção da experiência subjetiva, ou seja, o modo pelo qual um determinado conjunto de práticas sociais produz uma certa forma de relação consigo e com o mundo”. Trata-se de um objeto que está em constante movimento, em processo, onde sua única constância é a transformação. O conceito de subjetividade também se configura como movimento, pois “corresponde à criação de um determinado território existencial que não é nem fixo nem imutável, mas em constante processo de produção” (SILVA, 2008, p. 39). Se a produção da subjetividade, termo de análise da Psicologia Social é puro movimento faz-se necessária a atualização contínua deste saber em todos os termos que envolvem a estratégia de produção de conhecimento: epistemológica, ontológica, metodológica e ética (SILVA, 2008).

A partir de tais condições de produção do conhecimento que vi a possibilidade de entrada no campo de pesquisa no território dos Akroá Gamella, ou seja, a partir de premissas de construção de um saber aberto, onde a ideia de subjetividade se constrói a partir do campo. Desse modo, o objetivo da pesquisa consistiu na apreensão de elementos que compreendem a construção da subjetividade desse grupo, elementos que tangenciam suas relações com o mundo e com eles mesmos.

Com isso desenvolvo no primeiro capítulo da monografia um percurso de desenvolvimento do pensamento descolonial com o intuito de situar não apenas a questão da invasão empreendida pelos colonizadores na América Latina, como também a criação da ideia de raça, sendo esta tomada como justificativa de dominação e criação de uma classificação social que produz a sub alteridade em relação aos povos no período da colonização. No

desenvolvimento do capítulo apresento ações empregadas pelos colonizadores para extinguir os indígenas do nordeste brasileiro através da tentativa de integração deles como nacionais, inserindo casamentos entre brancos e outras estratégias, gerando a aparente extinção dos indígenas do nordeste. Sob esse prisma apresento a ideia de etnogênese, ou seja, a emergência étnica de grupos que outrora haviam sido considerados extintos, mas que adotaram uma estratégia de ocultação com o intuito de sobreviverem a variadas formas de violência. Tal estratégia foi adotada pelos Akroá Gamella, em decorrência da violência exercida pelos invasores na década de 1970 com a invasão do território, mas que em 2014 emergem reivindicando seus direitos, depois de terem sido considerados extintos.

No segundo capítulo apresento os contornos dos elementos que vão se constituindo como indícios da construção do território existencial dos Akroá Gamella quando percebo que o processo de recuperação territorial empreendido por eles para recuperar o território anexado por fazendeiros vai além de uma questão unicamente jurídica sobre a terra. O território constitui-se como aliado a manutenção de suas vidas através da força que os encantados lhes fornecem, bem como é o local onde retiram seus alimentos e estão presentes os lugares sagrados. No cenário de passagem da ocultação a visibilidade, os fazendeiros reagem e tramam o ataque do dia 30 de abril de 2017 que se anunciava com discursos discriminatórios de caracterização dos Akroá Gamella como pseudoindígenas na mídia, em conjunto com integrantes de uma igreja protestante e a presença do deputado federal Aluísio Mendes.

A resistência dos Akroá Gamella permaneceu frente a tais violências e passo a perceber que além do território um outro elemento apresenta-se como constituinte do território existencial desse grupo, como descrevo no terceiro capítulo, trata-se dos encantados, que são um conjunto de seres que habitam o território, a mata, e convivem com eles. Os encantados além de fornecerem a relação com o plantio, a colheita, os fenômenos naturais, também atuam no fortalecimento da luta política em defesa do território. A partir disso, compreendi que o reencantamento do mundo, como narrado pelos Akroá Gamella, é um modo de engendrar a relação que eles estabelecem com o mundo em todos os âmbitos de suas atuações.

Tanto a relação com o território como o modo de engendramento do mundo através do reencantamento do mundo me acionaram na direção de compreender tais elementos como constituintes do território existencial desse grupo. No decorrer do trabalho evidencio tais elementos, no entanto, considero-os não conclusivos, mas sim como apontamentos para serem desenvolvidos na continuidade da pesquisa no mestrado acadêmico de Psicologia, o qual fui aprovado.

1.1 A pesquisa

Primeiramente é necessário expor para o leitor que o nome de todas as pessoas entrevistadas, bem como daqueles que me possibilitaram o contato para que eu entrasse em campo e conhecesse os Akroá Gamella, serão alterados para garantir-lhes segurança. Tal decisão considero necessária, uma vez que envolve um território em conflito em que fazendeiros endereçam ameaças aos Akroá Gamella.

Em janeiro de 2018 consegui entrar em contato com um representante do CIMI (Conselho Indigenista Missionária) contando sobre a minha vontade de realizar uma pesquisa de conclusão de curso com os Akroá Gamella, relatei um esboço da pesquisa e o representante me passou o contato de um dos membros do conselho Akroá Gamella, Zé Maria. Ao entrar em contato com Zé Maria imediatamente ele marcou uma data comigo para que eu fosse ao território apresentar a proposta. A data era 28 de janeiro de 2018. Quando cheguei apresentei a ele e a outros Akroá Gamella a proposta da pesquisa e obtive autorização para frequentar o território.

A partir de excursão etnográfica, o primeiro local visitado foi a Aldeia Piraí, onde frequentei até o mês de abril. O segundo lugar que conheci foi a Aldeia Cajueiro, a partir do mês de abril, onde aconteceu o primeiro ritual que presenciei. Após a primeira ida a Aldeia Cajueiro lá se tornou o ponto de referência de todas as outras vezes que eu voltava ao território, de tal forma que mesmo quando conheci a Aldeia Centro de Antero foi a partir de visitas saídas da Aldeia Cajueiro, a meu pedido, para conhecer outros Akroá Gamella que sofreram com o ataque do dia 30 de abril de 2017.

As visitas que realizei foram durante o ano, somando-se ao todo 31 dias espalhados entre os meses de janeiro, fevereiro, março, abril, julho, setembro e novembro. As datas das viagens, de São Luís ao território eram tangenciadas pelo meu tempo e também por rituais que aconteciam lá, os quais eu era convidado. Nessas viagens fui construindo e estabelecendo laços com alguns Akroá Gamella que iam me contando dados históricos, informações sobre os invasores e indicando aqueles que poderiam saber mais sobre determinado assunto que eu perguntava, como, por exemplo, a chegada dos invasores. Entretanto, cada conversa com quem estava circulando no espaço onde eu frequentava era permeada de informações espontâneas onde aos poucos eu compreendia o cenário que está inserido os Akroá Gamella.

Desde minha chegada eram realizadas conversas espontâneas com os Akroá Gamella que estavam nas Aldeias. Entretanto, no mês de setembro realizei entrevistas, onde conversei com alguns Akroá Gamella pedindo para que me contassem sobre como era antes da década de

70, ou seja, antes da chegada dos invasores, como se deu o processo de resistência através da ocultação. As entrevistas foram gravadas sob o consentimento daqueles que eu conversava e eram conduzidas de maneira aberta, apenas com assuntos disparadores, com algumas perguntas para compreender melhor o que era dito. Um outro modo de compor a escrita do trabalho foi através da utilização do diário de campo que era escrito todas as noites antes de dormir, onde eu narrava como havia sido o dia e algumas impressões que me acionavam sobre algum acontecimento.

As entrevistas e o diário de campo constituem-se como as fontes principais em conjunto com outras entrevistas realizadas por outros pesquisadores². Paralelo a isso foi feita uma pesquisa documental em busca de materiais que fazem referência aos Akroá Gamella e que poderiam elucidar a sua história, no entanto, me deparei com uma quantidade reduzida de materiais, como apresento no trabalho. A busca por material foi feita em meio eletrônico, através de busca na internet e também na biblioteca da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde busquei trabalhos acadêmicos, sendo que alguns constavam apenas o nome, sem o material disponível, como é o caso de uma monografia, feita por uma aluna de ciências sociais da UFMA. O outro trabalho encontrado foi um livro de Maristela Andrade (2008) que necessita ser explorado no prosseguimento da pesquisa, no mestrado.

² Das entrevistas que utilizo e que foram conduzidas e gravadas por outro pesquisador eu não estava presente apenas em uma. Aqui deixo meu agradecimento a Ana Mendes, pesquisadora, que me cedeu os trechos das entrevistas que eu necessitava.

2 CONTRA A COLONIALIDADE E A EMERGÊNCIA ÉTNICA

O presente capítulo visa situar o processo de construção da perspectiva descolonial, bem como os desdobramentos históricos da colonialidade que, ultrapassando a colonização enquanto um sistema econômico e de exploração, faz-se presente nas relações intersubjetivas através de desdobramentos que se situam na produção de conceitos que giram em torno da colonialidade do ser, do saber e do poder. Ademais, a configuração da colonialidade cria a ideia de raça, sendo esta criação crucial para o desenvolvimento de um sistema de exploração pautado na justificativa da inferioridade ontológica do outro que não está inscrito na imagem de organização do colonizador. É sob esta ideia que está construído o primeiro tópico deste capítulo.

Já no segundo tópico faz-se uma ligação com o processo de embranquecimento populacional e outras estratégias com o intuito de extinguir as etnias existentes no Brasil, pontualmente no caso do nordeste brasileiro. É sob esse contexto que apresento a ideia de etnogênese, ou seja, a emergência étnica de grupos que outrora haviam sido considerados extintos e posteriormente emergem reivindicando seus direitos. Segundo Oliveira (1998) a etnogênese compreende o acontecimento do nordeste brasileiro.

Sob tais pontuações que situo o caso dos Akroá Gamella no terceiro tópico do presente capítulo. Esse povo foi considerado extinto pelo estado, entretanto, o que ocorreu foi um processo de ocultação em decorrência da violência sofrida por eles por parte dos invasores de terras que instituíram um novo desenho no território através de um inventário fraudulento. Dada essa configuração estratégica da ocultação, esse povo emergiu em 2014 reivindicando seus direitos a terra e a manutenção do seu modo de vida que havia sido silenciado por conta das ameaças e assassinatos com o início do processo de invasão.

2.1 Contextualização do processo colonial

Minha chegada ao território Akroá Gamella foi no dia 28 de janeiro de 2018. Nesse mesmo dia iniciei uma conversa com Zé Maria, um dos membros do conselho Akroá Gamella, e nesta conversa ele me disse: “é preciso descolonizar tudo”. A conversa com Zé Maria se deu a partir da explicação sobre o interesse em realizar minha pesquisa de conclusão de curso no território e suas pontuações sobre o pensamento descolonial me impulsionaram posteriormente a pensar toda a construção do meu trabalho a partir desse disparo. Naquele mesmo dia outro

Akroá Gamella já havia conversado comigo e explicado algumas questões descoloniais relacionadas a educação, a alimentação e a tecnologia.

A presença do pensamento descolonial no território Akroá Gamella certamente compreende a organização política que eles criaram para enfrentar os movimentos da sociedade dominante contra a expressão de suas vidas. São várias as formas que a sociedade ao redor os suprime e tentam eliminar sua existência, seja física ou discursivamente, através de diversos casos de negação de atendimento nos hospitais da cidade, a caracterização deles enquanto pseudoindígenas, a negação no cartório para registrar as crianças com o nome da etnia, ou seja, a discriminação faz parte do cotidiano dos Akroá Gamella. Sendo assim, é necessária uma caracterização do pensamento descolonial com o intuito de precisar a direção do pensamento político Akroá Gamella, uma vez que a crítica produzida por esse pensamento vai em direção a todas essas formas estabelecidas de relações de poder que produzem a violência contra esse povo.

A crítica da perspectiva descolonial está situada na problematização de um sistema de mundo que é implantado com o processo de colonização. Tal processo colonial é a consequência direta do desenvolvimento do capitalismo que deve ser considerado como um fato histórico e não uma lei natural (BATALLA, 1981), uma vez que discursos sobre o progresso, diretamente vinculados ao capitalismo, são resultados de um programa imperialista e facilmente assimilado como justificativa para o genocídio e etnocídio dos povos que não estão inscritos na gramática do progresso ocidental.

O processo colonial instaura um sistema de mundo tangenciado pela relação de dominação que produz variados modos de exercício de um conceito fundamental para a compreensão dos desdobramentos dos diversos modos de produção de relações de poder, que é a colonialidade:

La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América (QUIJANO, 2000, p. 342).

Como se percebe, a colonialidade é distinta do colonialismo. Este está diretamente relacionado a uma relação econômica e política de subordinação a uma metrópole, a qual é responsável pela manutenção de todo o processo de exploração que subjuga a outra nação. Já aquele está além da caracterização de dominação política e econômica sobre um povo, suas

hastes se fundam no cotidiano das relações intersubjetivas e travam grandes definições sobre “como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

A configuração da colonialidade e suas ações sobrevivem no horizonte territorial dos países que outrora foram submetidos a situação de colônia. Tal sistema de mundo carrega consigo representações que instauram formas de relações intersubjetivas a partir de hierarquias epistemológicas, espirituais, raciais/étnicas e de gênero/sexualidade. É a partir destas categorias de relações estabelecidas pela colonialidade que são instauradas as coordenadas que incidem diretamente na forma como o Estado, as instituições e a comunidade se relaciona com povos indígenas, com o racismo, a violência e a produção de conhecimento sobre as singularidades dos povos que habitam a América Latina.

Tais programações de relações que ultrapassaram o declínio do colonialismo se desdobraram em alguns padrões de poder que estão presentes em diversas camadas da sociedade. Dentre essas formas estão a colonialidade do poder, que diz respeito a modos modernos de exploração e dominação, a colonialidade do saber que está intrincada na produção de conhecimentos aliados a ideias coloniais e a colonialidade do ser, que está vinculada ao modo como os sujeitos vivenciam no cotidiano as expressões coloniais e sua incidência na linguagem (MALDONADO-TORRES, 2007).

Esses padrões de poder se eclipsam e atuam engendrando um ao outro. A colonialidade do ser, por exemplo, Mignolo (2003, p. 669) esclarece:

La ciencia (conocimiento y sabiduría) no puede separarse del lenguaje; los lenguajes no son sólo fenómenos ‘culturales’ en los que la gente encuentra su ‘identidad’; estos son también el lugar donde el conocimiento está inscrito. Y si los lenguajes no son cosas que los seres humanos tienen, sino algo que estos son, la colonialidad del poder y del saber engendra, pues, la colonialidad del ser.

A colonialidade centra-se em um processo de constituição de classificação social que tem como eixo dominante a produção de categorias raciais e a consequente relação verticalizada com os sujeitos colonizados. Para tanto é necessário compreender quais são os argumentos que sustentam a criação desses princípios raciais, bem como os graus de humanidade que são atribuídos a esses sujeitos a partir de uma matriz referencial europeia, ao passo que o colonizador, ou seja, o homem branco portador da civilidade, é o centro desta referência.

A imposição das configurações do sistema colonial passa a considerar a variedade de povos existentes no que hoje conhecemos como América Latina a partir de uma única categoria: o índio, que designa a relação de dominação imposta pelo colonizador, como aponta Batalla (1981, p. 20): “antes no hay indios, sino pueblos diversos con sus identidades propias. Al indio lo crea el europeo, porque toda situación colonial exige la definición global del colonizado como diferente e inferior”. Essa característica homogeneizadora lança as linhas de justificativa sobre a dominação e a necessidade de civilizar os povos que não são civilizados por não possuírem a mesma imagem de organização do sistema do colonizador.

A caracterização global dos variados povos existentes se configura como uma maneira de otimizar a relação de dominação em identidades raciais que produzem uma classificação hierárquica entre os povos dominados e dominantes, europeus e não europeus (QUIJANO, 2000). É neste contexto de dominação que as relações sociais são produzidas a partir da criação da ideia de raça que legitima com maior intensidade a dominação sobre os povos, assim, “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p. 118).

A população passou a ser pensada em termos classificatórios o que instaura uma relação verticalizada. Tais classificações passaram a ser, também, índices de atribuição de humanidade, ou seja, quanto maior a superioridade de uma raça, maior seu nível de humanidade, em termos gerais: “entre más clara sea la piel de uno, más cerca se estará de representar el ideal de una humanidad completa” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 132). Assim, fica instaurado uma diferença entre europeu e não europeu a partir de sua expressão corpórea, ou seja, a cor da pele. Humano, para o branco, é quem não é todas as categorias criadas para representar o outro.

Maldonado-Torres (2007) escreve que a conquista da América introduziu implicações metafísicas, ontológicas e epistêmicas. O modo como o europeu trata as relações com o não europeu é a partir de uma lógica de dúvida e negação sobre a humanidade do outro, são questionamentos e conclusões ontológicas a partir de um modo de conhecimento que transforma os não europeus em sujeitos racializados e totalmente dispensáveis. São essas configurações que definem a naturalização da escravidão e o genocídio instaurado com a empresa colonial.

Percebe-se que a classificação global da multiplicidade de povos da América Latina a partir da criação da ideia de raça, configuração que compõe a colonialidade, é a principal direção de análise para compreender os modos que se configuraram as relações de violência

com os povos indígenas. É neste plano que começa a se instaurar os postulados para a composição do pensamento político indígena e sua resistência. Os eventos narrados até este momento sobre a colonialidade versam em um período entre os séculos XVI e XVIII, o que não a torna um acontecimento desta época exclusivamente, pois suas raízes são profundas, bem como sua disseminação espaço-temporal é longa.

Dadas as principais premissas que estão vinculadas a colonialidade é possível prosseguir abordando algumas questões fundamentais que giram em torno do embranquecimento dos povos indígenas, empreendimento exercido no Brasil, por volta do século XIX. Tais ideias de melhoramento populacional, acompanhado de um grande processo de retirada de terras e de genocídio dos povos indígenas do nordeste brasileiro produziram um cenário distinto de outras partes do Brasil. Distinto porque durante muitos anos, principalmente no início do século XX, considerou-se que não havia mais indígenas nesta região. Frente a tão metódico extermínio, diversos povos enunciaram coletivamente suas existências.

2.2 O nordeste brasileiro e o ressurgimento étnico

Há diversas histórias que narram o que Chimamanda (2009) denomina de história única, ou seja, a repetição insistente da mesma narrativa e sua cristalização. Dentre as várias histórias únicas, sejam elas coletivas ou individuais, a dos povos indígenas seguramente figuram neste cenário. As narrativas produzidas sobre os denominados índios é comumente narrada a partir da perspectiva europeia. As consequências vividas pelos povos indígenas são drásticas e variadas, desde a negação de suas afirmações étnicas, passando pelo ataque a natureza, até a usurpação de seus territórios, bem como o genocídio perpetrado pelos agentes coloniais e estatais – se é que há diferenças pragmáticas entre a invasão colonial e a instauração da ideia de nação brasileira.

A destruição da narrativa cristalizada, emanada da história do invasor, é confrontada insistentemente pela resistência indígena. Um desses combates está localizado no nordeste brasileiro que, como todos os povos, passaram por toda a trajetória de ocupação militar, pela ação das mortes causadas por doenças, pela retirada de seus territórios, pela escravidão e exploração econômica, a interdição de suas línguas, a repressão política que se desdobra desde o silenciamento de suas histórias até processos de embranquecimento populacional. Diante desta sistemática ação genocida e etnocida, nos sentidos empregados por Pierre Clastres (2011) de que genocídio implica o extermínio populacional, a morte do corpo, e o etnocídio configura a destruição da cultura de um determinado povo, como sobreviver?

No caso do nordeste brasileiro, a história narrada sobre a inexistência de povos indígenas foi dada por encerrada desde o século XIX, ou seja, “seus grupos teriam sido ou exterminados fisicamente ou assimilados completamente à cultura e à sociedade regional” (ARRUTI, 1995, p. 57). Segundo o mesmo autor, até os primeiros anos do século XX, os povos indígenas do nordeste existiam apenas em escassos interesses acadêmicos e estatais em buscas documentais onde era possível traçar locais geográficos e, até mesmo, o avanço colonial.

A conquista da grande área que se compreende como nordeste se deu de modo irregular, avançando com frentes de colonização por toda essa extensão territorial, como aponta Arruti (1995, p. 63): “O esforço e a violência dos empreendimentos estatais e terratenentes, em suas incursões sertão adentro, conseguiram plantar manchas de civilização, ilhas pastoris, comerciais ou de subsistência”. Essa característica irregular que compôs o desenho dos aldeamentos indígenas no nordeste foi se edificando na trajetória do rio São Francisco, uma vez que foi a partir deste traçado que os colonizadores adentraram o sertão nordestino (ARRUTI, 1995).

Da mesma forma que a conquista dos territórios do nordeste e a construção dos aldeamentos foi irregular, o processo de penetração também o foi, embora se torne sistematicamente estável e progressivo a partir da segunda metade do século XVII (ARRUTI, 1995). O desenho de construção dos aldeamentos, bem como as rotas de penetração no sertão nordestino são importantes dados para a compreensão das características da colonização do nordeste brasileiro, no entanto, um momento desse processo crucial para o desenvolvimento deste trabalho é referente às estratégias que foram arquitetadas para o extermínio e apagamento da memória desses povos. Três ações figuram como principais: a guerra justa, a conversão e a mistura.

A estratégia da guerra justa situa-se em um “conceito jurídico-teológico medieval criado no contexto da guerra santa contra os infieis mouros” (ARRUTI, 1995, p. 63). Esta moral de guerra foi transportada e inserida no contexto de expansão dos colonos e era usada para justificar a defesa frente às controvérsias caracterizações de ataques desencadeados pelos indígenas que defendiam seu território da usurpação colonial. Segundo Arruti (1995) essa estratégia de guerra se estendeu pelos séculos XVII e XVIII e alastra-se por diversas regiões do nordeste, como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

A transição entre uma ação e outra não se dá de forma regular, tendo o fim de uma ação e o início de outra de modo sucessivo, mas sim de forma concomitante. Eclipsando no tempo com a guerra justa há o emprego da conversão, configurada também como um modo de conquista. Os missionários passam a ver nos povos indígenas a possibilidade de mão-de-obra

livre e os reuniam em territórios específicos, sendo os jesuítas os primeiros a estabelecerem aldeamentos (ARRUTI, 1995). No entanto,

[...] a política e a administração estatal no último quartel do século XVIII passam por transformações relacionadas ao projeto iluminista imposto por Pombal, que produzem eco na política de conquista colonial. Em função das disputas entre jesuítas e fazendeiros de um lado (principalmente no Maranhão e Grão-Pará), e das tentativas de reordenar as formas econômicas na colônia, é extinta a escravidão indígena e é retirado o poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos, em 1755 (ARRUTI, 1995, p. 65).

A partir dessas medidas pombalinas é ordenado que se transformasse em vilas todos os aldeamentos “e, em 1775, passa-se a incentivar os casamentos mistos, entre portugueses e índios” (ARRUTI, 1995, p. 65). Tanto a guerra santa quanto a conversão são estratégias de obtenção territorial e extermínio da cultura dos povos indígenas, o artifício da mistura possui simetria em relação aos objetivos das duas estratégias, no entanto, o modo de seu engendramento objetiva a transformação do índio em populações nacionais e se configura como um dos modos mais eficazes de levá-los ao desaparecimento. Mas isso não é tudo.

João Pacheco de Oliveira (1998) analisa que foram realizadas escassas pesquisas sobre a questão indígena no nordeste no século XX. Tal cenário se dá em decorrência “de um objeto de interesse residual [...] e inteiramente deslocado dos grandes debates atuais da antropologia. Uma etnologia menor” (OLIVEIRA, 1998). Segundo o mesmo autor, na década de 50 contabilizava-se apenas dez etnias no nordeste e em 1994 a lista se expande para 23. Dados consultados no caderno “Povos indígenas no Brasil 2006/2010” de Ricardo e Ricardo (2011) apontam que nos estados de Sergipe, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará existem 47 grupos autoidentificados como indígenas.

A análise levantada por Oliveira (1998) localiza a circulação e edificação da ideia de índios misturados como uma categoria classificatória de todas as etnias do nordeste fortalecendo a tese da existência de índios puros em relação aqueles. O que se tem a partir disso é o uso não problematizado da ideia de etnia frente ao reaparecimento de diversos povos que, após um grande período de silenciamento historiográfico, ressurgem reivindicando não apenas o reconhecimento de seus territórios, mas também o enunciamento coletivo de suas existências e seus modos de vida.

O que pretendo, a partir deste cenário, é situar o processo de ressurgimento étnico vivenciado por distintos povos no nordeste. Para tanto, é necessário a exposição da etnogênese, como proposto por Bartolomé (2006), uma vez que o fato que “vem se impondo como característico do lado indígena do Nordeste é o chamado processo de etnogênese, abrangendo

tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas” (OLIVEIRA, 1998, p. 53).

A palavra etnogênese pode conduzir-nos a uma interpretação vacilante sobre o termo, uma vez que nos conduz a pensar a partir da ideia de origem étnica como substancialidade ou essência. No entanto, a etnogênese é um processo que passou a ser utilizado para referir-se a diversas modulações sofridas por grupos étnicos fruto de invasões, migrações ou fusões e posteriormente é utilizada “também na análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 39).

Seu uso também já foi empregado para caracterizar grupos étnicos que, em decorrência de uma série de acontecimentos de opressão histórica, foram tidos como extintos, miscigenados ou aculturados e que “reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 40). Dos empregos possíveis da etnogênese há uma linha que tangencia todos esses usos, é a concepção de que não existem edificações estruturais formalizadas relacionadas a formas culturais, ou seja, concepções estáticas da cultura, tanto como de etnia.

Tais proposições vinculadas a etnogênese evidenciam sua história ligada a diversos processos históricos de grupos étnicos que remontam a tempos longínquos, não sendo uma concepção estritamente contemporânea (BARTOLOMÉ, 2006). Além disso, fala-se em etnogêneses como resposta ao variado leque de eventos históricos que produzem tentativas de apagamento, a partir da miscigenação e outras formas de desmanche, da memória e determinados modos existenciais de grupos étnicos que atualmente emergem.

O ressurgimento desses grupos étnicos pode estar situado, também, na criação de estratégias políticas do movimento indígena que correspondem a “um novo tipo de sujeito político orientado a enfatizar sua alteridade para ser reconhecido como tal” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 50). O não aparecimento, ou melhor, a invisibilidade desses grupos étnicos não é porque eles não existiam, mas sim pelo estigma e discriminação sofrido por eles. Sobre essas estratégias de ocultamento e, posteriormente, de autodeclaração pública que está localizado o caso do povo Akroá Gamella.

2.3 A invasão da terra e a autodeclaração pública

O povo Akroá Gamella está situado na região denominada Baixada Maranhense caracterizando-se assim por conta do terreno baixo, com poucas elevações, o que gera o alagamento do campo daquela região pela chuva. Além disso, o território dos Akroá Gamella localiza-se entre os municípios de Viana, Matinha e Penalva, sendo que a MA-014, corta o território ligando os municípios de Viana e Matinha, já a ligação até Penalva se dá pela MA-216. De São Luís, capital do estado, a distância entre as localidades é de 231 km. Nessa região está situado o povoado de Taquaritiua, hoje Aldeia Taquaritiua, em decorrência do processo de recuperação territorial e de resgate da memória de ocupação daquela localidade como pertencente a eles. Nas proximidades da Aldeia Taquaritiua que está situada as Aldeias Piraí, Cajueiro e Centro de Antero, as quais visitei, entretanto o território com a presença dos Akroá Gamella se estende além desses lugares que cito, como, por exemplo, as Aldeias Tabocal e Vila Nova.

O território em questão é citado em distintos documentos que indicam a existência dos Akroá Gamella naquela região. Dentre os documentos estão os escritos de Francisco de Paula Ribeiro, datados de 1819, onde há descrições diretas sobre os Akroá Gamella que “ocupa nas vizinhanças da vila de Viana aquelas vertentes do rio Pindaré” (RIBEIRO, 1841, p. 193), bem como o mapa de sesmaria que indica aquele território como pertencente a eles. Na segunda metade do século XX os Akroá Gamella tiveram que adotar uma estratégia de ocultação que foi gerada em decorrência do medo, discriminação e violência produzido pelos invasores, como diz Zé Akroá Gamella, ao relembrar a história que seu avô contava sobre a necessidade da ocultação: “Porque a gente não dizia com medo de morrer, a gente não dizia, meu avô me dizia: ‘meu filho, não diz que tu é índio, porque tu vai morrer, porque eles tavam matando’”. O ocultamento público de falarem que são índios constituiu-se como uma estratégia de sobrevivência frente às ameaças daqueles que passaram a invadir o território.

Durante a década de 70, como narrado pelos Akroá Gamella, o território por eles habitado passou a ser alvo de invasores que, através de um inventário de terras fraudulento, impôs cortes no território ao inserir cercas, como diz Raimundo Akroá Gamella, ao narrar sobre como era a configuração do território antes da invasão: “[...] que aqui não tinha cerca, na época em que eu me entendi aqui não tinha cerca. Nosso território era todo solto”. A terra solta é o modo direto de relação do povo com suas terras e entre si, pois não era necessário cercas para proteger seus modos de cultivo e criação de animais, uma vez que há a consciência de pertencimento coletivo e de cuidado da terra. Com a chegada dos invasores a terra foi sendo

grilada e efetuando-se novos desenhos no território do povo Akroá Gamella através da apropriação fraudulenta (ANDRADE, 2008).

Diante dessas invasões de terras, o povo Akroá Gamella sempre resistiu contra os invasores, uma resistência antiga que é contada e vivida no presente e se estende ao passado, resgatada por uma memória de luta, como diz Raimundo Akroá Gamella: “[...] desde que me entendi o meu pai já lutava pela questão da terra, os meus tios, e sempre protestaram contra o invasor”. Essa luta efetuava-se na derrubada das cercas que eram introduzidas pelos invasores com o intuito de criarem fazendas e acumularem posses.

Os Akroá Gamella, como se percebe no processo de ocultação, permaneciam ali, como sujeitos participantes e ativos da sua história enfrentando o avanço das cercas e atualizando constantemente seus modos de vida para enfrentarem a violência sofrida em decorrência das invasões. O protagonismo coletivo de sua organização política os levou em 2014 a decidirem declararem-se publicamente como povo Akroá Gamella, um processo de saída da ocultação para passar a reivindicar o seu território, seus lugares sagrados e a afirmação do seu modo de vida. Tal saída da ocultação e o processo de decisão a autodeclaração pública necessitam ser investigadas e desenvolvidas, uma vez que, segundo os próprios Akroá Gamella, esse aspecto atinge a existência de cada um ao ativar memórias e narrativas. Tal investigação e análise serão aprofundadas no processo de pesquisa e construção da dissertação, uma vez que pretendo dar continuidade a pesquisa.

O material teórico desenvolvido no decorrer deste capítulo fazendo referência ao processo colonial e sua sobrevivência, a colonialidade, bem como os modos singulares de emergência de grupos étnicos no nordeste brasileiro compõem o quadro histórico de inserção do povo Akroá Gamella. A atuação do povo no processo de recuperação territorial, bem como sua autodeclaração pública foi recebida com violência pelos atores que começaram o processo de invasão do território na década de 70 e ali permaneceram. Tal violência engendrou o episódio do dia 30 de abril de 2017, o qual será analisado no próximo capítulo.

3 A LUTA PELO TERRITÓRIO

A partir do processo de emergência étnica dos Akroá Gamella eles sofrem um ataque fruto de uma série de violências que atravessam a discriminação ao considerá-los pseudoindígenas. O ataque fora organizado pelos proprietários de terras a partir da fraude iniciada na década de 70 e soma-se a isso a presença de uma igreja protestante, bem como a presença do deputado federal Aluísio Mendes que juntos em uma transmissão de um programa na Rádio Maracu inflamam discursos discriminatórios sobre os Akroá Gamella. Nessa mesma transmissão o grupo convidado pela rádio convoca a população a participar de uma manifestação pela paz, sendo esta o estopim para a concretização do ataque do dia 30 de abril de 2017, como narrado no primeiro tópico deste capítulo.

O segundo tópico do capítulo situa-se temporalmente um ano após o ataque, onde o contexto é uma reunião organizada pelo povo para falar sobre o transcorrer daquele acontecimento. O povo narrou de forma vivaz as consequências do ataque na mudança de vida dos que tiveram graves danos físicos, como decepamento, bem como realizaram uma avaliação de suas conquistas através da luta pelo território.

O terceiro tópico é uma caracterização preliminar do processo de recuperação territorial, denominado de retomada. Com esse processo começa-se a se desenhar para mim algumas indicações da subjetividade dos Akroá Gamella no que diz respeito a suas considerações sobre o que é o território. A recuperação territorial compreende-se em um âmbito além da recuperação da terra, uma vez que esta possui uma relação com seus modos de vida e da permanência e fortalecimento dos encantados, que são um conjunto de seres que habitam o território e produzem variados sentidos para os Akroá Gamella.

3.1 30 de abril de 2017

No processo de recuperação territorial, que deve ser entendido não apenas como a recuperação da terra, mas também dos lugares sagrados, da mata enquanto fonte de energia e de onde retiram seus alimentos, evidencia-se a construção do que os Akroá Gamella chamam de território, como expresso em uma conversa com Simão Akroá Gamella que ao tratar desse tema dizia que sua vida hoje é dedicada a luta pela sobrevivência dos encantados, pois a mata está morrendo com a presença dos invasores e seu consequente desmatamento.

Essa caracterização do território pelos Akroá Gamella aciona uma direção do processo de retomada que é um modo de recuperação de terras historicamente por eles ocupadas e que foram sendo cercadas por não-índios, os invasores. Antes dos processos de retomada os Akroá Gamella estavam vivendo de forma descontínua sobre a região, tendo posse de apenas algumas áreas que os fazendeiros não conseguiram adentrar. Com as retomadas houve uma ampliação das terras, bem como a restauração florestal e recuperação de alguns dos lugares sagrados, pois outros estão dentro das cercas das fazendas.

Foi sobre esse contexto de recuperação do território e saída da invisibilidade que ocorreu no dia 30 de abril de 2017 o ataque contra os Akroá Gamella. O ataque começou a organizar-se no dia 29 de abril, com a ajuda da mídia local, na Rádio Maracu, onde atores do ataque falaram sobre os supostos indígenas que estavam roubando terras, bem como um movimento denominado “manifestação pela paz”, organizado no dia 30 de abril por fazendeiros, com a participação do deputado federal Aluísio Mendes, compõe o cenário.

A transmissão disponível da Rádio Maracu possui 41 minutos e conta com a presença de uma comissão de moradores de Santeiro que é chamada pelo apresentador para darem seus relatos sobre os acontecimentos da região referentes ao que ele chama de “brigas de disputas de terras, por parte de indígenas ou pseudo-indígenas”. A comissão convidada pela Rádio Maracu fornece seus relatos caracterizando os Akroá Gamella como “grupo de pessoas que eles se dizem serem índios”. Todos os outros entrevistados seguem as mesmas qualificações em relação aos Akroá Gamella. Entretanto, chama atenção nessa rodada de entrevistas a participação do Deputado Federal Aluísio Mendes que, semelhante aos outros participantes da rádio, trata o povo Akroá Gamella como falsos índios, pseudo-indígenas (ENTREVISTA, 2017).

Um dos convidados pela Rádio Maracu lança a notícia de que eles estão organizando uma “manifestação pela paz” para tratar com o público das invasões cometidas pelos “pseudo-indígenas”. Ele comenta que várias pessoas estarão presentes naquela manifestação, dentre elas “a presença de várias autoridades”, confirmando a participação do Deputado Federal Aluísio Mendes. Quando fiz perguntas em distintos momentos para os Akroá-Gamella sobre os atores que participaram do ataque, a resposta versa para um leque de participantes, assim, Bezerra Akroá Gamella conta:

Se juntaram todo esse povo que vive na bancada ruralista e fizeram esse movimento, os pequenos fazendeiros que tão dentro do nosso território, deputado, prefeito que tem fazenda dentro do nosso território, juiz e advogado. Todo esse povo que são da bancada eles se juntaram e fizeram esse massacre contra o nosso povo no dia 30 (Entrevista realizada no dia 20 de julho, na Aldeia Centro de Antero)

Com “a presença de várias autoridades” se armou o palco para reunir um grande número de pessoas e incitá-las a tratar os Akroá Gamella com violência³. A transmissão da Rádio Maracu e a manifestação pela paz organizada por fazendeiros foi a preparação para o que viria a acontecer no dia 30 de abril de 2017, às 16 horas, o ataque contra o povo Akroá Gamella que naquele momento estava realizando um ritual, na Lagoa das Flores.

A multidão de pessoas, como narra os Akroá Gamella, cercaram o local onde eles estavam e atacaram. Os agressores utilizaram armas de fogo e facões para efetuar o ataque. O total de Akroá Gamella feridos foi em torno de vinte e dois e dentre os ferimentos causados pelos tiros e os cortes dos facões houve decepamentos de mãos, cortes nas articulações do corpo, machucados na cabeça e projéteis que atingiram não só de raspão, mas também penetraram no corpo daqueles que ali estavam.

Simão Akroá Gamella foi um dos que tiveram as mãos decepadas, arrancadas dos braços, sustentadas a eles apenas por um pedaço de pele. Os casos de decepamento foram imediatamente amenizados pelo Governo do Estado, como forma de atenuar o ataque aos Akroá Gamella, bem como o número de feridos⁴. As tentativas de tornar menor as consequências do ataque compõem a narrativa sustentada apenas pelo governo. No decorrer do meu trabalho de campo tive a oportunidade de estar presente com alguns Akroá Gamella que sofreram o ataque e obtive o relato das sequelas deixadas pelas armas. Zé Akroá Gamella que foi baleado duas vezes, conta

Um chumbo medônio. E isso pesa demais. Quando ela tava no meu braço, pra mim levar a mão pra botar o comerzinho na boca tinha hora que eu agarrava com esta mão aqui e ia levando, porque pesa [...] Ficou uma dor foi nisso daqui ó [ele levanta a mão e aponta na parte superior do braço direito]. Eu penso que foi das pauladas que eu levei também, ainda me deram umas paulada. De noite eu só me deito desse lado [o lado esquerdo], desse daqui eu não posso deitar, eu só me deito deste e deste e amanhã [...] Tem um movimentinho, mas é pouco, não é como era de primeira [...] jogar uma bóia, que a gente tem que jogar uma bóia pra chamar o peixe, aí o máximo que eu boto é como daqui ali ó, não era como de primeira que eu jogava a pedra mesmo lá [e aponta para longe] (Entrevista realizada no dia 20 de julho, na Aldeia Centro de Antero).

Zé Akroá Gamella teve seu cotidiano totalmente alterado com as sequelas do ataque, não podendo realizar diversas atividades que outrora eram realizadas naturalmente, estando

³ Imagens de trecho do discurso disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=1OqdhQD903w>

⁴ Na rede social Twitter o Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, escreve que “Até agora não houve nenhuma vítima com mãos decepadas” e em outro Twitter: “Seguimos a procura pelas duas pessoas que teriam tido as mão decepadas”. Imagem disponível no Anexo B.

hoje impossibilitado pela dor. Simão Akroá Gamella não consegue movimentar as mãos e sente dores constantemente, bem como Carlão Akroá Gamella que, em virtude das dores e da imobilidade da mão direita, ficou impedido de trabalhar.

As estratégias de amortecimento por parte do Governo Estadual e a reprodução da expressão supostos indígenas pelo Ministério da Justiça, como aponta matéria da Folha de São Paulo (MINISTÉRIO, 2017) ⁵, fazendo referência aos Akroá Gamella, representam a intensidade de negação da existência deste povo no âmbito estatal. Os posicionamentos públicos desencadeados pelo estado me levaram a uma conversa com Zé Maria Akroá Gamella em uma fala que ele sintetiza toda a situação de negação vivida pelo povo: “é um passado inevitável, mas parece insuportável de suportar no presente”.

Os Akroá Gamella sempre estiveram naquele território, mesmo com suas estratégias de ocultação em decorrência da violência sofrida. A autodeclaração pública do povo Akroá Gamella é assumida pelo estado e pela sociedade como um acontecimento insuportável, talvez fruto de sua decepção em não conseguir efetivar o extermínio de um grupo étnico. Os Akroá Gamella narram sua existência naquele território durante o período de ocultação, que se inicia na década de 70, como uma estratégia de sobrevivência, entretanto, esta pesquisa possui poucos dados no presente para traçar uma linha histórica deles em um passado longínquo, excetuando-se a referência de 1769 no mapa de sesmarias, bem como o texto de Ribeiro (1841), compondo os documentos que pude reunir até o presente momento. No entanto, é possível afirmar que há um passado impossível de ser negado sobre a existência do povo Akroá Gamella naquela região.

3.2 30 de abril de 2018

Após um ano do ataque sofrido pelos Akroá Gamella foi articulada uma reunião com o intuito de conversarem sobre o massacre. Em tal reunião diversos Akroá Gamella estavam presentes e falaram do que havia acontecido no dia 30 de abril de 2017 e narravam como se aquela data fosse revivida exatamente um ano depois, como diz Bezerra Akroá Gamella: “Hoje, dia 30 de abril, foi um dia que eu fiquei, assim, um cabra muito triste já de uma hora dessa em diante quando a gente soube notícia que os parente tavão sendo cercado por uma multidão de pessoas” (Reunião Aldeia Cajueiro, 30 de abril de 2018).

A vivacidade das narrativas me surpreenderam. Os relatos dos traumas associados ao massacre são muitos, desde a mudança de vida daqueles que tiveram as mãos decepadas e foram

⁵Imagem da matéria no Anexo C.

baleados, até o medo que se impregnou no cotidiano da vida. Um foguete reacende a memória do som dos tiros, uma ligação no celular relembra o dia do recebimento das notícias daquele dia que marcou a história dos Akroá Gamella.

As narrativas sobre aquele dia apontam uma direção sobre a morte que está além da morte física, uma vez que a ausência de tal morte é utilizada pela mídia e pelo estado como forma de amortecimento do ataque. Trata-se de uma outra morte, que precisa ser melhor analisada no prosseguimento da pesquisa. Como aponta Kaw Akroá Gamella:

Eles disseram: mas não morreu ninguém. Como que não morreu? Se eles acharam os corpos estirados no chão! Essas pessoas que eles acharam os corpos arreados no chão, eles não mataram eles? Agora explicação por que sobreviveram? Isso não é da conta de ninguém! [...] Que eles mataram, eles mataram (Reunião Aldeia Cajueiro, 30 de abril de 2018).

Entretanto, essa fala aciona um leque de violência histórica exercida pelos invasores, pois me parece que uma das possíveis direções dela é sobre a tentativa de morte da resistência de um grupo. A afirmação de que mataram aqueles que estavam no chão, acredito contribuir para a análise da forma como os agentes do ataque consideram os Akroá Gamella, ou seja, a partir de uma matriz de objetificação do outro. O modo como foram atacados e cortados, como contam relatos que presenciei no território em algumas conversas, é a forma como esquadram animais, nas articulações, para imobilizá-los e impedi-los de invadir as plantações. A forma estabelecida pelo grupo de ataque é a consideração de uma alteridade inferior (MALDONADO-TORRES, 2007).

O ataque organizado foi um massacre, como diz Zé Maria: “O 30 de abril foi exatamente isso, a gente viver essa história de massacre que a gente escuta, escuta, escuta e... Vivemos tudo isso” (Reunião Aldeia Cajueiro, 30 de abril de 2018). O que vem após esse massacre, como dito nessa reunião, é a impossibilidade de continuarem negando institucionalmente a existência deles enquanto Akroá Gamella. A enunciação coletiva de que quanto mais eles se afirmam, mas eles existem é aliada com a apreensão do território enquanto espaço de circulação dos encantados, local de fortalecimento de vínculos para o fortalecimento de suas lutas.

3.3 A luta pelo território: as retomadas

Dentre as lutas empreendidas pelos Akroá Gamella na justiça para conseguirem o registro das crianças com o nome da etnia, conseguir atendimento hospitalar, estruturarem uma

escola com o plano de ensino indígena, quero deter-me agora sobre um processo que considero expressivo, trata-se do processo de recuperação territorial, caracterizando-se como retomada.

A partir da autodeclaração pública dos Akroá Gamella em 2014 iniciou-se um processo de recuperação do território através do que se denomina retomadas “que consistem em processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios” (ALARCON, 2013, p. 100). Segundo Alarcon (2013), esse processo de recuperação territorial passou a generalizar-se e tornar-se prática constante na atuação política indígena do nordeste.

No meu trabalho de campo o contato e conhecimento das áreas retomadas dizem respeito a dois locais: Aldeia Piraí e Aldeia Cajueiro. As duas áreas estavam anexadas a posses de não-índios e localizam-se a margem da MA-014. Ambas as fazendas estavam com suas áreas devastadas em decorrência da abertura de tanques artificiais para a criação de peixes e, também, área aberta para efetivação de zonas de pasto para a criação de gado.

Nas últimas décadas a configuração daquela região foi marcada pelo desmatamento em decorrência da instituição das fazendas, bem como o processo de abertura da MA-014 que produziu uma transformação drástica, como aponta Bezerra Akroá Gamella:

Nessa época, de meus 8 anos, que logo quando surgiu essa estrada bem pouca casa tinha. Você conferia dentro do povoado que se diz hoje Santeiro, você podia conferir no máximo dez casas uma longe da outra quase um quilômetro de distância. Nessa época quem vivia aqui era só o povo indígena, só mesmo o povo indígena que morava aqui. Os invasores era bem pouquinho. Depois que surgiu essa estrada os invasores começaram a chegar pra perto [...] Bem daí começou o sofrimento porque os invasores começaram a entrar e querer tirar nós, povos indígenas, começaram a querer nos tirar de dentro do que é nosso. Foi indo, começaram a fazer as ameaças, começaram a fazer isso, daí veio evoluindo, entrando os invasores e indígenas correndo com medo, morrendo e chegou até a nossa geração de hoje. E o nosso povo indígena de destacaram, foram pra outros lugares, outros morreram e nós ficamos aqui, mas com mais pouco do que era por causa das invasões que teve do branco tomando nosso território (Entrevista realizada na Aldeia Centro de Antero, 22 de julho de 2018).

A estrada referida é a MA-014 a qual não encontrei dados do governo sobre sua abertura naquela região. Entretanto, os Akroá Gamella lembram da época de sua construção e narram de modo vivaz aqueles dias de infância quando grandes maquinários chegaram para rasgar o mato ao meio e botar pedra, como eles contam. As narrativas são de grandes máquinas arrancando palmeiras, bacurizeiros e toda espécie de vegetação que ali tinha. O que chegava naquela época, podendo-se inferir pela idade daqueles que me narraram a construção da MA-014, por volta da década de 60, era a estrada do capitalismo trazendo consigo, se não a gênese, ao menos a potencialização do que se estabeleceu contra os Akroá Gamella contemporaneamente.

A partir de 2014, com a utilização do processo de recuperação territorial, as áreas de mata se regeneraram nesses locais. Agora, em 2018, caminhar pelo território é estar em um local repleto de vegetação e animais cobrindo o desmatamento efetuado pelos fazendeiros. Com as retomadas aciona-se duas pontuações que me parecem fundamentais: a primeira é a consideração do processo de recuperação territorial como constituindo-se de uma atividade de base política para a reivindicação de seus direitos além do território e a segunda diz respeito a importância da recuperação da mata, uma vez que ela está vinculada aos encantados e ao modo de vida dos Akroá Gamella.

Com suas lutas pela reivindicação do processo demarcatório de terra indígena, os Akroá Gamella conseguiram que se constituísse o processo de reconhecimento do território com a instituição de um grupo técnico de trabalho (GT) para a confecção do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação (RCID) de Terras Indígenas. O grupo técnico começou a trabalhar no mês de novembro de 2018. O início desse processo certamente se deu em decorrência das pressões exercidas pelos Akroá Gamella, o que leva-me a inferir que o processo de recuperação territorial faz com que eles se estabeleçam como sujeitos políticos, elevando as retomadas estrategicamente a esse âmbito, mas não apenas a este.

Nas Aldeias efetiva-se a construção coletiva constante da importância da participação no movimento indígena regional e nacional, aproximando-se da luta de outros grupos indígenas do Maranhão que possuem conjuntura semelhantes às suas, sem desconsiderar a especificidade dos contextos. As discussões sobre a política nacional indígena, bem como o contexto político geral, que incide diretamente naquela, são tratadas nas aldeias de forma sólida, versando sobre análises concernentes à educação, alimentação e outros temas, sendo a maioria das vezes tangenciados por um pensamento descolonial pragmático.

A segunda questão fundamental que penso ter se elaborado a partir do processo de recuperação do território é a regeneração da natureza. Sua importância para os Akroá Gamella reside em múltiplos sentidos, dentre eles a força espiritual advinda dos encantados. Os encantados são uma variedade de seres com os quais os Akroá Gamella convivem e residem na mata, de onde organizam não apenas os acontecimentos naturais, mas também influenciam na maturação do tempo, na tomada de decisões de cunho político. É sobre a relação do processo de retomada, não apenas como uma forma de pressão política para forçar o processo demarcatório, mas como uma resistência de retorno da terra, sendo esta compreendida como o espaço de circulação e criação da vida, seja ela da natureza e seus modos de vida, seja dos encantados, que quero deter-me.

4 REENCANTAMENTO DO MUNDO

O processo de retomada, além da recuperação do território, também possibilitou a regeneração da natureza que havia sido desmatada pelos fazendeiros. Nesse processo de regeneração da natureza os encantados se estabelecem, uma vez que eles estavam sem lugar. A partir de narrativas dos Akroá Gamella, como evidencio no primeiro tópico deste capítulo, os encantados começam a ser apresentados para mim como seres que compõem o seu território existencial. Tal constatação preliminar, que necessita de aprofundamento na continuidade da pesquisa, passa a constituir-se como um traço fundamental para compreender o que os Akroá Gamella caracterizam de reencantamento do mundo, que é um modo de atuação no mundo engendrado em conjunto com esses seres e que tangencia não apenas o tempo de colheita e plantio de alimentos, mas também a atuação política em direção a luta pelos seus direitos.

A partir do que se apresenta enquanto reencantamento do mundo que proponho um giro conceitual, apresentado no segundo tópico, sobre a ideia de natureza e cultura, abordando que o esvaziamento subjetivo da natureza é um desenho precisamente ocidental e com isso proponho uma reconfiguração sobre a consideração do estudo da subjetividade em grupos que não estão em posição simétrica com a organização de mundo ocidental. Todavia, as evidências acerca do reencantamento do mundo como uma perspectiva engendada pelos Akroá Gamella para atuarem no mundo e que compõe o território existencial desse grupo precisam ser aprofundadas.

4.1 Os encantados e a resistência Akroá Gamella

Ao realizar a ida ao campo no mês de julho de 2018 tive a oportunidade de visitar uma parte do território dos Akroá Gamella que até aquele momento para mim era desconhecida, trata-se da Aldeia Centro de Antero. Nesse contexto fui à casa de Simão Akroá Gamella, uma das vítimas do ataque sofrido no dia 30 de abril de 2017. Após o ataque Simão teve a vida transformada em decorrência do decepamento sofrido em ambas as mãos. Tendo mudado significativamente seu cotidiano, ele conta que continua engajado na resistência e luta pelo território, entretanto, trata-se de uma resistência tramada na natureza, na sua proteção e dos seres encantados que ali vivem.

“Se você parar pra mentalizar as coisas, tem muitas coisas importantes que fortalece a nossa luta”. Essa foi uma das primeiras frases que Simão contou a mim e a outra pesquisadora

quando chegamos em sua casa. Um espaço aberto, porém preenchido de vegetação e cercado de diversos tipos de árvores e plantas recém colocadas ali por ele e que se mesclavam a uma vegetação que compõe-se das mais variadas espécies nativas de frutas. Contou-me que quando precisa ir a sua casa, em seguida apontou-a, basta andar e ir, “faz um calorzinho, mas a gente vai pra lá”.

Continuou relatando quais eram as plantas existentes ao nosso redor, de forma didática, demonstrando conhecimento sobre todas elas, bem como sobre os animais que passam por ali produzindo a musicalidade da região em conjunto com o vento. “A terra é minha mãe”, assim Simão nos definiu aquele lugar. E naquele espaço é necessário cuidar, porque “o mato, pros encantados, é a casa”. Os encantados vivem e habitam as plantas. A partir disso Simão dedicase ao cuidado da natureza, pois os encantados estavam “muito pior de que a gente indo de um lado pra outro sem ter aonde parar”.

Nos primeiros momentos que estive com Simão naquele espaço que antes para mim estava preenchido de plantas e animais, outras narrativas surgiram, ou melhor, sempre estiveram presente, tornando aquele lugar com mais seres do que eu poderia ver e imaginar. Os encantados, esses seres que convivem diariamente com os Akroá Gamella ordenam vários acontecimentos no mundo, a calma ou agitação dos rios, o tempo de colheita ou da espera, mas também o tempo da luta pelo território. As muitas coisas importantes que fortalecem a luta, como contava Simão, “que justamente é esse lado que eu tô falando, dos encantado”.

No mês de setembro, portanto, dois meses após minha ida a casa de Simão, eu fui visitar Zé Maria Akroá Gamella em sua casa. Em outros contextos já havia provado da sobriedade e lucidez política com a qual ele tece análises sobre a esquerda política na América Latina, tratando de um conteúdo crítico seguramente descolonial sobre os modos de luta da esquerda “con el estado como principal agente de cambio en las estructuras de poder” (WALSH, 2014, p. 03).

Zé Maria contava que esses governos de esquerda não conseguiam compreender um outro modo de luta política que não fosse a partir de um programa político estritamente racional e que tentava expandir a ideia de trabalhador para os outros povos que não integram essa organização. O plano político racional tem por certo muitas implicações, dentre elas, a subalternização de atores políticos que possuem causas que não estão alinhadas a modos de vida da grande população urbana, ou que ao menos dela não tem consciência que dependem diretamente, como as crises ambientais e o aquecimento global. Tal plano político racional,

branco, estatal engendra sobre as outras emergências políticas e epistêmicas a “descalificación y eliminación como colectivo pensante humano” (WALSH, 2014, p. 03).

Foi naquele mês de setembro, pela manhã, que Zé Maria contou-me que a força para a luta política pelo território não vem da cabeça, mas do coração, vem da mata, dos encantados. Essa luta, sobretudo, me contava ele, faz parte do reencantamento do mundo. O que se ativa com essa configuração é, também, uma reconfiguração do tempo e espaço tangenciados pela atuação de forças espirituais que se contrastam com a luta empreendida pelos planos políticos racionais e, conseqüentemente, sobre como se caracteriza as reivindicações feitas pelos Akroá Gamella. O fundamento da luta pelo território converge com a presença dos encantados. Nos variados espaços que os Akroá Gamella foram reivindicar direitos começa-se esse processo com os cantos ritmados com o maracá e as letras desses cantos que transmitem uma mensagem a um destinatário, ao estado, aos “contras” e ao mesmo tempo que fornece acesso ao mundo sobrenatural (ou natural?), direciona-se mostrando o caminho dos seus direitos.

Nesse momento a compreensão que pude inferir sobre o reencantamento do mundo eram duas: uma estava balizada pela recuperação da natureza e, conseqüentemente, o estabelecimento dos encantados no território, uma vez que as plantas e árvores, ou seja, a mata, é o lugar onde residem. Portanto, o reencantamento seria o retorno dos encantados a mata. A outra concepção sobre o reencantamento do mundo diz respeito ao modo como esses mesmos seres fortalecem a luta pelo território ao ativar uma modalidade de resistência fortalecida pelo mundo mágico.

Entretanto, percebi que as duas concepções que eu havia apreendido sobre a presença dos encantados estavam sendo categorizações separadas uma das outras. Por um lado o reencantamento da natureza, por outro o reencantamento das reivindicações políticas. Essas duas ideias foram se diluindo e percebi que o reencantamento do mundo, como engendrado pelos Akroá Gamella, não era apenas aquelas duas formas que outrora havia entendido, mas sim um modo de operação do mundo, onde não se efetua binarismos sobre esse modo. Tal modo de operar o mundo está intrincado em todos os aspectos do território existencial dos Akroá Gamella, sendo parte integrante de seus modos de vida.

O mundo com a presença dos encantados configura um aspecto fundamental no território existencial dos Akroá Gamella, uma vez que todas as relações estabelecidas com a luta política pela retomada do território, bem como de outros direitos e o processo de regeneração da natureza estão tangenciados pelo modo de operação do reencantamento do mundo. Para localizar esse modo de relação com o mundo, penso ser crucial a localização da

ideia de natureza e cultura. A partir dessa discussão pretendo fazer uma aproximação intensiva com alguns conceitos desenvolvidos por Eduardo Viveiros de Castro referentes ao multiculturalismo e multinaturalismo. Aproximação intensiva, porque não pretendo estender esses conceitos a um plano analítico sobre o modo de vida dos Akroá Gamella, tentando localizar no trabalho de campo índices que indicam ou não a existência desses conceitos. Tal aproximação intensiva me permite situar deslocamentos fundamentais referentes a um modo epistemológico estabelecido no ocidente: a objetificação da natureza, ou melhor, a dessubjetivação da natureza.

4.2 Um giro conceitual sobre a ideia de cultura e natureza

A produção de conhecimento ocidental é insuficiente para tecer análises sobre a cosmologia de povos não ocidentais, principalmente em relação a clássica divisão natureza e cultura, sem passar por uma profunda reformulação. A reformulação é em direção aos variados binarismos elaborados pela epistemologia ocidental, como, sujeito e objeto, imanente e transcendente, universal e particular, que são criados a partir do modo objetivante desta imagem de produção do pensamento (CASTRO, 2002). Todos os binarismos evidenciam o estatuto do conhecimento ocidental, no entanto, é sobre os termos cultura e natureza a partir de outra organização que pretendo explicar.

Viveiros de Castro levanta análises sobre o conceito de multiculturalismo, imagem de organização típica do mundo ocidental, cujo modelo de pensamento leva em consideração a unidade do corpo e a diversidade das culturas, ou seja, há um elemento em comum a todos que habitam o mundo: a natureza, o corpo anatômico, a fisiologia. Já o elemento diferenciante, ou seja, o fundamento da singularidade de cada ser é dado pela cultura, termo que fundamenta a subjetividade. Assim, “a primeira [natureza] garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância, a segunda [cultura] gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e do significado” (CASTRO, 2002, p. 349).

A ideia da universalidade dos corpos para o conhecimento ocidental é narrada em uma parábola por Levi-Strauss sobre a chegada dos colonizadores na América:

Nas Antilhas, alguns anos após o descobrimento da América, enquanto os espanhóis despachavam comissões de inquérito para saber se os indígenas possuíam alma ou não, estes tratavam de submergir prisioneiros brancos, para verificar, com base numa longa e cuidadosa observação, se seus cadáveres apodreciam ou não (LÉVI-STRAUSS, 1952 apud CASTRO, 2015, p. 35).

Esta parábola evidencia duas questões fundamentais: a primeira, que os colonizadores não duvidavam da existência do corpo dos indígenas, mas sim de sua alma; a segunda é que os indígenas não duvidavam que os europeus tivessem alma, mas se seus corpos eram semelhantes aos daqueles, eis o motivo de submetê-los a prova. “Para os espanhóis do incidente das Antilhas, a dimensão marcada era a alma; para os índios, o corpo” (CASTRO, 2015, p. 37). Este acontecimento apresenta um outro regime ontológico, o multinaturalismo, traço fundamental do pensamento ameríndio, que supõe a “unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A ‘cultura’ ou o sujeito seriam aqui a forma do universal, a ‘natureza’, ou o objeto, a forma do particular” (CASTRO, 2002, p. 349).

A conceituação do multinaturalismo é sustentada através da etnografia da América indígena que aponta para a existência de

[...] referências a uma teoria cosmopolítica que imagina um universo povoado por diferentes tipos de agências ou agentes subjetivos, humanos como não-humanos - os deuses, animais, os mortos, as plantas, os fenômenos meteorológicos, muitas vezes também os objetos e os artefatos -, todos providos de um mesmo conjunto básico de disposições perceptivas, apetitivas e cognitivas, ou, em poucas palavras, de uma ‘alma’ semelhante (CASTRO, 2015, p. 43).

Com essas proposições sobre multinaturalismo e multiculturalismo, penso que se efetua um giro conceitual crucial para a compreensão da ideia de natureza em direção a concepção de que a natureza é povoada de seres, mais que isso, que ela é subjetivada. A clássica divisão entre natureza e cultura produz um quadro epistemológico propício para o avanço da tecnologia e seu consequente domínio sobre a natureza através da exploração da terra – como abordei sobre o empreendimento de abertura da MA-014. Nesse quadro a natureza passa a ser um objeto, torna-se objetificável e dessubjetivada possibilitando o avanço tão requerido pelo capital. O pensamento ameríndio, no qual é apresentada uma configuração distinta da ocidental, trata de subjetivar a natureza e com “sua concepção social do cosmos (e cósmica da sociedade) anteciperia as lições fundamentais da ecologia” (CASTRO, 2002, p. 370).

Tal concepção ameríndia indica uma organização cosmológica onde a natureza é parte do território existencial de seus habitantes, como escreve David Kopenawa, um xamã Yanomami, que evidenciando a profundidade da relação ameríndia com a natureza anuncia:

[...] o valor de nossa floresta é muito alto e muito pesado. Todas as mercadorias dos brancos jamais serão suficientes em troca de todas as suas árvores, frutos, animais e peixes. As peles de papel de seu dinheiro nunca bastarão para compensar o valor de suas árvores queimadas, de seu solo ressequido e de suas águas emporcalhadas. Nada disso jamais poderá ressarcir o valor dos jacarés mortos e dos queixadas desaparecidos. Os rios são caros demais e nada pode pagar o valor dos animais de caça. Tudo o que cresce e se desloca na floresta ou sob as águas e também todos os

xapiri e os humanos têm um valor importante demais para todas as mercadorias e o dinheiro dos brancos. Nada é forte o bastante para poder restituir o valor da floresta doente. Nenhuma mercadoria poderá comprar todos os Yanomami devorados pelas fumaças de epidemia. Nenhum dinheiro poderá devolver aos espíritos o valor de seus pais mortos! (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 355).

O discurso do progresso e a consequente produção de delimitações geopolíticas que estão diretamente vinculadas a interesses de uma base unificadora que atua desterritorializando os territórios indígenas o que situa o princípio de uma resistência que começa desde a chegada dos invasores na América Latina. No entanto, este processo de desterritorialização engendra uma resposta: a irredutibilidade da cosmologia ameríndia frente aos avanços das invasões que são efetivadas pelo capitalismo. Tal irredutibilidade do pensamento ameríndio “deve certamente ser compreendido no sentido clastriano de uma recusa ativa do Um e de uma afirmação das multiplicidades” (GOLDMAN, 2017, p. 15).

É sobre esse giro conceitual que considero importante uma ressignificação dos modos pelos quais são analisadas a ideia de subjetividade em grupos humanos que não estão inscritos na organização epistêmica típica do mundo ocidental. O reencantamento do mundo, como estabelecido pelos Akroá Gamella certamente compõe uma variedade de direções e, como abordei anteriormente, esse modo de operação é a linha que tangencia seus modos de produção de vida, de produção da realidade e compõe seus territórios existenciais.

O processo de derrubada de cercas, iniciado na década de 70 após a invasão de suas terras, bem como o processo de emergência étnica em 2014 efetuando a recuperação do território e regeneração da natureza situam-se como modos imprescindíveis para a compreensão do território como um espaço aliado a subjetividade, pois está invariavelmente relacionado ao modo da experiência subjetiva dos Akroá Gamella. Soma-se a isso o modo de operação engendrado a partir do reencantamento do mundo que penso ser fundamental para compreender como a terra e a natureza, sendo esta habitada por diversos seres, os encantados, compõem a subjetividade Akroá Gamella.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançando-me no trabalho de campo no território do povo Akroá Gamella, busquei compreender como a subjetividade desse povo se constrói na convergência dos acontecimentos que fui compreendendo como aliados ao território existencial do grupo. O processo de recuperação territorial, bem como a regeneração da natureza e a presença dos encantados através do reencantamento do mundo, modo engendrado pelos Akroá Gamella como elemento que produz a relação entre eles e o mundo, apareceram como arquitetura da subjetividade desse povo. É importante ressaltar que as considerações que faço no texto, e não conclusões, são hipóteses que lanço sobre a ideia da subjetividade dos Akroá Gamella, entretanto, há a necessidade de elaborações mais pertinentes sobre o tema.

Ainda assim, cabe notar que os elementos que considero como aliados à subjetividade, são objeto de reflexão, também, por parte dos Akroá Gamella. Tal constatação obtive no contexto de apresentação do presente trabalho para os Akroá Gamella no dia 2 de novembro de 2018. Nessa data eu retornei ao território com os três capítulos da monografia e levei algumas cópias para a leitura em conjunto com eles, sendo que em um determinado momento me reuni com dez Akroá Gamella e apresentei o trabalho, a resposta que obtive, além de algumas correções sobre datas e locais, foi: “está no caminho”.

No percurso dessa pesquisa faz-se necessário alguns empreendimentos de busca em direção a documentos históricos para desenhar um panorama histórico desse povo nos anos anteriores a década de 1970, mas também desse mesmo período, ao passo que através do relato deles é possível focar nessa época, com a abertura da MA-014 e a construção do inventário fraudulento de terras por parte dos invasores, o engendramento da estratégia de ocultação e posteriormente de emergência em 2014. Tal processo de passagem da ocultação a visibilidade também é passível de maior investigação, pois parece-me que compreende também um processo identitário vinculado a construção da subjetividade desse povo frente a tantas forças opressivas.

Tais forças opressivas que estão vinculadas a noção de colonialidade acredito estarem permeadas em todos os acontecimentos que analiso neste trabalho, da mais evidente, na década de 1970, até os dias atuais com a resistência empreendida por esse povo para o seu bem viver. Acredito que a luta empreendida pelos Akroá Gamella ultrapassa a reivindicação de seus direitos e assume a direção de construção de um outro mundo possível aliado aos seus modos de relação com o mundo.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **Chimanda Adichie: O perigo de uma única história**. 2009. 1 vídeo (2 min 19s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 03 dez. 2018.
- ALARCON, Daniela Fernandes. A forma retomada: Contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir o caso Tupinambá da Serra do Padeiro. **Ruris**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 99-126, 2013.
- ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de Índio: Identidade Étnica e Conflito em terras de uso comum**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 57-94, jul. 1995.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. El pensamiento político de los indios en América Latina. **Anuário Antropológico/79**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 11-54, 1981.
- CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- _____. **Metafísicas Canibais - elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- ENTREVISTA Rádio Maracu**. 2017. 1 vídeo (41 min 34 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-AkvCfPE9H4&feature=youtu.be>> Acesso em: 07 dez. 2018.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (Orgs). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2007. p 127-167.
- MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 667-709.
- MINISTÉRIO diz que vai averiguar ataques a ‘supostos indígenas’ no MA. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1880170-ministerio-diz-que-vai-averiguar-ataques-a-supostos-indigenas-no-ma.shtml>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, Pittsburg, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Francisco de Paula (1841). Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão : analyse de algumas tribus mais conhecidas : processo de suas hostilidades sobre os habitantes : causas que lhes tem difficultado a reduçção, e unico methodo que seriamente poderá reduzir-as. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 3º., n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456, 1841.

RICARDO, Carlos Albeto; RICARDO, Fany (Ed.). **Povos indígenas no Brasil: 2006/2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

SILVA, Rosane Neves. **Ética e paradigmas na psicologia social: desafios da psicologia social contemporânea**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

WALSH, Catherine. (Des)Humanidad(es). **Revista alter/nativas**. n. 3, 2014.

ANEXO B – TWEET DO GOVERNADOR FLÁVIO DINO



Flávio Dino @FlavioDino

Até agora não houve nenhuma vítima com mãos decepadas. Continuamos procurando e cuidando dos 3 hospitalizados.

6 27 66



Flávio Dino @FlavioDino

Seguimos a procura pelas duas pessoas que teriam tido as mãos decepadas. Nossa prioridade desde a manhã é localiza-los.

9 39 72

AXEXO C – NOTICIÁRIO DA FOLHA DE SÃO PAULO

07/12/2018

Ministério diz que vai averiguar ataques a 'supostos indígenas' no MA - 01/05/2017 - Poder - Folha de S.Paulo



Login

Assine a Folha

Atendimento

Acervo Folha

FOLHA DIG
APENAS R
NO PRIMEI
ASSINE J

SEXTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2018 18:45

Opinião Poder Mundo Economia Cotidiano Esporte Cultura F5 Sobre Tudo

Últimas notícias Ibama indefere licença para blocos de petróleo na Foz do Amazonas

FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas R\$ 1,90 no primeiro mês. ASSINE JÁ!

poder

governo enci

Ministério diz que vai averiguar ataques a 'supostos indígenas' no MA



Reprodução/Cimi

Índios no Povoado de Bahias, em Viana, no Maranhão

DE BRASÍLIA

01/05/2017 16h06 - Atualizado às 20h51

Compartilhar

< 1,4 mil

Mais opções

O Ministério da Justiça informou que vai apurar o episódio no Maranhão que deixou cerca de dez indígenas do povo Gamela feridos, sendo três em estado grave.

Em nota, a pasta disse que "está averiguando o ocorrido envolvendo pequenos agricultores e supostos indígenas". Minutos depois, o texto publicado no site do ministério foi editado e a palavra "supostos", retirada.

Segundo a assessoria, o ministro Osmar Serraglio determinou o envio de uma equipe da Polícia Federal para o local "para evitar mais conflitos" e "ofereceu apoio" à Secretaria de Segurança Pública do Maranhão

De acordo com o Cimi, um dos machucados teve as mãos decepadas.

leia também

Treze índios ficam feridos em ataque no MA; um deles teve mãos decepadas

Quem disputou eleição recente é mais lembrado, diz Geraldo Alckmin

Delatores da Lava Jato relatam casos de propina que acabou roubada

Edição impressa

especiais



SEGUNDA INSTÂNCIA

Lula é condenado por unanimidade no caso triplex

Como votam os deputados

COMPARTILHE ESTE LINK

DE OLHO

Veja c
princi

Compartilhar

< 1,4 mil

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1880170-ministerio-diz-que-vai-averiguar-ataques-a-supostos-indigenas-no-ma.shtml

1/4